

O RELATO JORNALÍSTICO E A DOENÇA: ENTRE A CIÊNCIA E A VIDA QUOTIDIANA

João Carlos Correia
Universidade da Beira Interior

Resumo

A discussão acerca da objectividade do jornalismo diz respeito à oposição entre uma pragmática do saber narrativo, ligada ao mundo vida e uma pragmática do saber científico, com o uso predominantemente denotativo da linguagem. Perante a doença e a sua capacidade de despertar a imaginação e a fantasia, o enunciado jornalístico, marcado pela oscilação entre “estória“ e relato factual, pode transformar tal ambivalência numa vantagem que assegure a relação entre ciência e mundo da vida quotidiano.

Abstract

The scientific controversy about journalistic objectivity it is related with the opposition between the pragmatic of narrative knowledge, which predominates in the life- world, and the pragmatic of scientific knowledge, with its hegemonic denotative use of language. Before illness and its capability of awakening imagination, «the news», marked by its oscillation between "story" and factual report, could transform such

ambivalence into an advantage that assures the relation between science and everyday life-world.

I

A política da vida e uma nova ideia de bem estar

A doença emerge no imaginário jornalístico com uma nova importância. Tal surgimento não pode ser visto como um mero acaso. Desde o SIDA às sucessivas epidemias de contaminação de animais e eventual propagação aos humanos, passando pelos debates sobre os limites éticos das intervenções médicas no sentido de evitar a propagação da doença ou adiar morte, muitas são as formas pelas quais os temas da doença e da saúde se tornaram um espaço privilegiado para a afirmação do ambiente cultural da sociedade de risco. Uma vez postas em suspenso as grandes soluções colectivas seculares que visavam a transformação do homem e da sociedade (isto é, as utopias que marcaram o século XX), a tendência de muitos movimentos sociais têm sido o de abandonar os debates políticos tradicionais para se debruçarem sobre as questões relacionadas com a vida quotidiana. Os direitos do ambiente, os direitos do consumo, a atenção sobre a qualidade de vida e sobre a saúde e alguns temas de natureza identitária constituíram uma agenda mais centrada na tentativa de controlar os danos provocados pelo nosso desenvolvimento em detrimento de uma agenda vocacionada para a utopia, a

emancipação e a transformação social que marcara a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX.

O relevo que hoje se faz sentir nas questões relacionadas com a auto-realização pessoal repercute-se na defesa de direitos e de temas – de que são exemplos os direitos do ambiente e dos consumidores, a saúde e a qualidade de vida – que são típicos de uma agenda centrada nas políticas da vida. De certa forma, estamos em face da emergência de uma nova política que se constitui de modo refractário às orientações políticas convencionais (os problemas da segurança económica, social, territorial e militar) e, em contrapartida, privilegia as questões relativas à qualidade de vida.

O facto de o corpo, tal como o *self*, já não ser um dado adquirido tornou-se um elemento fundamental dos debates e lutas que se relacionam com a política da vida. A possibilidade de a reprodução e a sexualidade poderem separar-se abre caminho a uma infinidade de estilos de vida. A construção do corpo tornou-se uma das obsessões desta época: depois do imperativo categórico, o imperativo narcísico torna-se um elemento incessantemente invocado pela cultura dietética, desportiva e higiénica dos nossos tempos. Pode-se hoje falar de uma biologização da experiência profundamente associada à corporeidade. Simultaneamente, adensa-se a preocupação com o bem estar, com a mente são, com o corpo são e suficientemente apto para responder com qualidade às necessidades de uma longa vida .

II

Os *media* e as políticas da vida

As transformações verificadas, aqui referidas de forma genérica, tornaram-se um elemento que chamou, como não podia deixar de o fazer, a atenção dos *media*. Raros são os jornais e telejornais que não incluem nas suas notícias, a referência à descoberta de novos vírus, novas doenças, novas descobertas médicas, problemas crónicos e uma nova panóplia de soluções para os mesmos, Se o espírito do tempo se traduziu numa deslocação dos problemas colectivos para o regresso de uma agenda pública centrada não tanto na organização colectiva da Polis e do Estado, os *media* repercutiram necessariamente esse espírito amplificando-o e contribuindo para a sua consolidação. Nas últimas décadas, novas doenças e a necessidade de uma nova mentalidade desafiou as regras básicas do jornalismo e forçou profissionais a admitirem que o seu tratamento das notícias nem sempre é o mais desejável.

A ciência foi frequentemente a enteada do jornalismo, sendo muitas vezes coberta por jornalistas frequentemente mal preparados. Graças às regras da pesquisa científica, muitos jornais médicos recusaram-se a publicar resultados que já tivessem sido publicados pela imprensa generalista o que fez com que muitos pesquisadores relacionados com doenças graves como a SIDA recusaram falar aos *media* sobre as suas últimas descobertas com medo que as publicações científicas boicotassem o seu trabalho. (Kinsella, 1989: 1-2)

O receio de as estórias não serem suficientemente atractivas, a carência de fontes especializadas e o receio de ficar delas dependentes, a própria epistemologia própria do jornalismo, ou seja a sua maneira de conhecer mais centrada no acontecimento do que na problemática, a necessidade de atender ao valor-notícia «personalização», a dificuldade dos peritos em adequarem a sua linguagem de forma a serem entendidos pelos jornalistas, a crença assumida por muitas fontes credíveis que os jornais procederiam a uma simplificação abusiva das suas palavras, o facto de estas fontes não serem, muitas das vezes, adequadas aquilo que os jornalistas entendem ser os seus critérios de noticiabilidade, o receio das agências governamentais de que a cobertura mediática se traduzisse na estigmatização das vítimas originou dificuldades extremas na cobertura de assuntos relacionados com a doença. (Miller e Williams,1993: 129; Beharrell, 1993: 210).

A cobertura do HIV/SIDA confirmou infelizmente alguns destes receios: os *media* foram, por diversas vezes, os responsáveis pela divulgação apressada de alguns estereótipos como “praga homossexual”, contribuindo para a divulgação de erros que prejudicaram a divulgação de informação adequada e de campanhas de saúde pública. Em 1989, *The Sun* apresentou uma manchete que afirmava : “Straight Sex Cannot Give You AIDS”. Uma mensagem semelhante era repetida na primeira página do *Daily Mail* e *Daily Express*. O Editorial do *Sun* considerava as campanhas de saúde pública como “propaganda

homossexual”. Acrescentava-se: “Forget the television adverts, forget the poster campaigns, forget the endless boring TV documentaries and forget the idea that ordinary heterosexual people can contract AIDS”. Um relatório do Departamento de Saúde divulgara que apenas 1 entre 2732 casos de doentes de SIDA eram heterossexuais. A divulgação do relatório fora politicamente utilizada nalguns círculos que pretendiam demonstrar que o Governo estava a gastar demasiado dinheiro com uma campanha destinada a toda a população. Porém, no próprio dia da divulgação do relatório, investigadores clarificavam que a relação heterossexual era uma forma de transmissão e a *British Medical Association* e a *Educational Health Authority* reagiram dizendo que a forma como o Relatório fora divulgado pelo político em causa era um erro que colocava em risco a educação para a saúde.

Estudos recentes demonstram claramente que também em Portugal existiram problemas que foram desde a indicação da SIDA como “Cancro dos Homossexuais” (Diário de Notícias) até à divulgação do ícone de um fantasma associada à imagem do pavor e da morte, passando pela orientação para o acontecimento em detrimento da problemática (Correio da Manhã) (Traquina, 2001: 153-193; Traquina, 2004: 81: 107)..

Crê-se, neste texto, que um olhar sério sobre a forma como a imprensa cobre o noticiário relacionado com a doença exige a assunção da dupla dimensão do relato noticioso como registo narrativa e como relato factual que tem uma pretensão de validade relacionada com a verdade. Tal hipótese, que é de

natureza epistemológica, isto é relativa ao modo de conhecer própria dos jornalistas tem consequências metodológicas e para a prática redactorial.

III

A dupla filiação do jornalismo

A hipótese que passa por este textos diz respeito a uma «oposição» pelo menos de natureza analítica entre uma pragmática do saber narrativo e uma pragmática do saber científico. A narrativa é uma forma de saber, por excelência ligada ao saber tradicional. As narrativas definem os critérios de competência próprios da sociedade em que são contados; admitem dentro de si uma pluralidade de saberes e de enunciados organizados numa perspectiva de conjunto; e, bem longe de se prenderem exclusivamente às funções de enunciação, determinam o que é preciso dizer para ser ouvido, o que é preciso escutar para poder falar e que desempenho é necessário realizar para poder ser aceite e, conseqüentemente, objecto de uma narrativa. O que se transmite com as narrativas é um grupo de regras narrativas que constitui o vínculo social. No saber científico, pressupõe-se que o enunciador diz a verdade acerca do referente. Supõe-se que o referente é expresso pelo enunciado de uma maneira conforme aquilo que é. Assim o saber científico é predominantemente denotativo e o seu critério de aceitabilidade é o valor de verdade; pelo que

pressupõe a existência de enunciados verificáveis por argumentação e prova e implica a afirmação de algo novo relativo a enunciados anteriores. (Lyotard, 1989: 55-61).

Feitas as devidas reservas é aceitável pressupor que o jornalismo como género discursivo oscila entre a ambição de «cientificidade» que se traduz num predomínio da linguagem denotativa e um saber mais ligado à narrativa que se reflecte na proximidade à vida quotidiana.

Ao nível dos relatos noticiosos em que predomina o saber narrativo, constata-se que a linguagem do jornalismo pressupõe a existência de um conhecimento prévio, de pré-conceitos sobre o que é a norma e o desvio no seio de uma comunidade. Pressupõe uma comunidade de interesses e uma reciprocidade de expectativas que tornam o discurso inteligível e que suportam o próprio conceito de novidade _ até porque o tipo de mensagem que o caracteriza visa precisamente tornar o cidadão comum o seu receptor privilegiado e protagonista preferencial.

Ao mesmo tempo que evidenciou proximidade ao saber narrativo, o relato jornalístico, traz dentro de si uma ambição de veracidade que pressupõe a hegemonia do uso cognitivo da linguagem e a atribuição do monopólio desta forma de saber a instituições especializadas – os *media* informativos - e profissões adequadas - o jornalista - nas quais só o “especialista” é possuidor das competências que asseguram a legitimidade dos enunciados. Hoje, a crença na possibilidade de descrição “transparente” dos factos ainda é um elemento essencial do discurso legitimador do jornalismo que continua a

influenciar as normas éticas, as convenções narrativas, as empresas, as instituições e a forma como os profissionais se encaram a si mesmos. Procura-se fazer esquecer, de forma sistemática e persistente, que o mundo não é transparente nem as palavras coincidem com as coisas. O recurso sistemático à terceira pessoa e a omissão generalizada do sujeito da enunciação; a omissão específica dos deícticos de lugar e de tempo (hoje, agora, ali, aqui) constituem mecanismos objectivantes que visam, antes de tudo, construir um poderoso efeito de adequação total à realidade. Relatam-se os factos, omitindo-se tudo quanto diga respeito a quem os relatou e em que condições o fez, utilizando-se uma linguagem que visa, precisamente, reproduzir ou, melhor, simular uma espécie de ponto de vista ideal, desligado de todo o circunstancialismo contextual.

Esta dupla filiação encontra a sua expressão em autores como Bird e Dardenne (1993: 273): “Os jornalistas encontram-se incomodamente repartidos entre o que eles consideram dois ideais impossíveis – as exigências de «realidade» que consideram alcançável através de estratégias objectivas, e as exigências da narratividade. Defrontam um paradoxo: quanto mais «objectivas» forem, mais ilegíveis se tornam, e quanto melhores contadores de «estórias» forem, melhor resposta terão dos seus leitores, embora os jornalistas tenham receio de trair os seus ideais”.

Estes autores utilizam a palavra registo para referirem relatos

de histórias elaborados no estilo conciso de acordo com as regras mais estritas da pirâmide invertida e que registam acidentes, crimes pouco importantes, assuntos do governo local e nacional que se inscrevem no dia-a-dia. A diferença entre “registos” e “estórias”, no fundo, corresponderia à distinção canónica entre *hard news* e *soft news*, sendo que as primeiras, constituem notícias construídas com uma linguagem seca e factual centradas em eventos discretos, relatados com uma fórmula que remete para a mais estrita imparcialidade. Porém, acrescentam: “Isto não leva a deduzir que «os registos» ao contrário das «estórias», se limitam a registar a realidade, embora isto pareça ser o modo como vieram a ser relatados pelos profissionais da informação. De facto, são um elemento vital no processo mitológico contínuo. Fornecem-nos o pano de fundo de acontecimentos que nos informam que o mundo ainda continua e que as coisas que prezamos ainda têm interesse” (Bird e Dardenne, 1993: 269). Esta distinção tem implicações cuidadosamente assinaladas: as notícias que seguem a forma de «registos» ou de *hard news* seguem, de forma mais canónica e estreita, o método da pirâmide invertida, e o relato sequencial de acordo com a ordem crescente da notícia e respondendo de forma, seca e concisa às seis perguntas consideradas essenciais para estruturar uma rede de facticidade. Porém, proporcionam claramente uma leitura orientada e económica que leva os leitores a debruçarem-se sobre o que consideram essencial e a esquecerem-se de muito do que leram. Já a “estória” tem de apresentar relações de causa e efeito, a interligação das

explicações no sentido narrativo e dispensa o *lead* clássico, pois carece de um certo *suspense* e de uma certa excitação. É escrita sob a forma de uma novela curta com títulos sugestivo. Curiosamente, estas “estórias” parecem suscitar mais interesse e proporcionar uma memorização mais apurada por parte dos leitores. Muitas das vezes correspondem a certos estilos da tradição oral, o que explica o motivo pelo qual certos géneros são preferidos no interior de uma certa comunidade. (Cfr. Bird e Dardenne, 1993: 274). Ou seja, há uma gramática do «mostrar» que não coincide com a gramática do «contar».

IV

Duas Gramáticas, Dois estilos

Não é preciso ir muito longe para compreender que esta gramática do mostrar que – que não é apenas do mostrar, mas também do seduzir e do tornar apelativo – predomina na chamada espectacularização da informação. Porém, já não se partilha da ideia que uma conduza necessariamente à outra. Com este comentário pretende-se chamar a atenção para os excessos de uma narrativa racionalista sobre os *media* e o jornalismo, em particular. A crítica a esta narrativa foi delineada por Peter Dahlgren e Colin Sparks (1992:7), os quais chamaram a atenção para o facto de as concepções vigentes nas práticas discursivas dos jornalistas dizem sobretudo respeito às *hard news* que se referem ao espaço público e ao sistema político. É correcto falar-se numa espécie de uma espécie de

carácter metonímico dos discursos dominantes sobre jornalismo que, insistindo na crença de um relato factual de um tema importante relacionado com a vida comunitária, deixa de forma muitos géneros. Os outros géneros de baixo estatuto aparecem implicitamente dispostos numa hierarquia de acordo com a sua proximidade com os textos clássicos da *hard news*. Por exemplo, a reportagem ou a cobertura de assuntos culturais são merecedoras de alguma credibilidade. Já a cobertura do estilo de vida, a cobertura mediática do crime, o acompanhamento das doenças ocuparam durante muito tempo uma posição questionável e, por isso, apenas tolerada. Outras categorias ou formas de jornalismo como o tablóide são explicitamente denegridos e funcionam para estabelecer uma espécie de antítese retórica contra a qual o bom jornalismo de referência e de qualidade define a sua identidade.

Faz, pois, sentido sugerir que talvez haja uma grande necessidade de redefinir o jornalismo de modo a quem possam ser tidos em conta e avaliados outros géneros de modo a que possam ser usados de forma mais consciente e active para objectivos jornalísticos positivos. Muita da pesquisa sobre o jornalismo parte de um ponto de vista pré-freudiano de homem racional enquanto muitos dos pontos de vista assumidos pelos estudos culturais, assumem que as pessoas, mesmo nos seus papéis como audiências da informação jornalística, podem manifestar uma subjectividade múltipla preenchida por medos e desejos que, frequentemente, funcionam ao nível inconsciente, Um dos elementos que une o jornalismo e a

cultura popular é o “storytelling” Oficialmente, o jornalismo visa informar acerca do mundo, de uma forma analítica, lógica e racional mas faz isso de um modo que muitas vezes se assemelha ao modo canônico de contar histórias. Numa perspectiva sugerida pelos estudos culturais, faz sentido, ao nível das dificuldades que este tipo de apreciação levanta sobre a qualidade e, em especial, a viabilidade de uma esfera pública racional, acentuar a dimensão cultural e admitir que o jornalismo se aproxime da vida quotidiana.

IV Parte

Jornalismo e atitude natural

Graças à sua identificação com o sentido popular, o jornalista esforça-se em identificar quais os temas, pessoas e interesses que se revelam mais apelativos para os consumidores de informação. Simultaneamente, tenta descobrir as formas de tornar a sua mensagem mais acessível, mais conforme às próprias competências linguísticas e culturais dos membros da audiência, que funcionaria como menor denominador comum. Ao contar histórias acerca de como é a ordem das coisas, as instituições noticiosas oferecem, simultaneamente, uma avaliação moral, uma concepção de procedimento e uma percepção da hierarquia social que se torna visível nos valores notícia. Nesse sentido, as notícias oferecem-se como discursos

disciplinadores e normalizadores que pretendem definir quais os arranjos institucionais e práticas sociais mais adequadas. O jornalismo (e a linguagem por ele desenvolvida) pode tornar-se um operador de convergência. A epistemologia jornalística tende a favorecer a experiência previamente estabelecida para reconhecer um acontecimento e proceder à sua classificação na grelha classificatória de cada *medium*. Esta grelha implica a intersecção entre os valores identificados como preferidos na comunidade em que o *medium* está inserido e à qual se dirige, pelo menos parcialmente a política editorial, as práticas sancionadas pela profissão e as respectivas rotinas organizacionais. O conjunto de recursos com os quais o jornalista reconhece o mundo - normas, valores, precedentes - leva-o a enfatizar determinados tópicos, fontes e ângulos. Jornalistas e organizações noticiosas desempenham um papel fundamental no processo de hegemonização e dotam a organização social com uma estrutura de valores partilhados e de imagens facilmente reconhecíveis. Os jornalistas são elementos essenciais na construção de imagens que só têm sentido insertas numa história exemplar em que colaboram todas as formas institucionais de narradores e o próprio público. A estrutura subjacente acaba por percorrer formas diversas de relato de modo a proporcionar a adesão ou repulsa. As imagens funcionam como os arquétipos que se usam para criar este relato, inserindo-o de modo articulado no conjunto de narrativas dominantes numa dada cultura. Nessa medida, a insistência numa forma de jornalismo atento às dinâmicas

sociais, capaz de se confrontar com a sua problematização constante pode vir a ser decisivo para a qualidade de uma comunicação pública que pretenda manter acesa e viva uma ideia dinâmica de cidadania que não se reduza à participação na escolha rotativa de elites que gerem interesses hegemónicos aprioristicamente definidos.

Se a consideração de uma narrativa factual se torna não apenas ininteligível e desagradável sendo, até, um absurdo, do ponto de vista da sua concretização, uma relação acrítica com o mundo da vida quotidiana, deixa-o também ele numa posição de fragilidade perante o senso comum.

Neste sentido, teremos que admitir que jornalismo opera, precisamente, neste mundo da atitude natural permitindo a objectivação de significados partilhados por todos. É o facto de operar na realidade dominante que constitui a fragilidade e a força do modo de conhecer próprio do jornalismo. Assim, a sua dupla filiação de que aqui se dá conta transporta consigo vantagens e desvantagens. “É frágil, enquanto método analítico e demonstrativo, uma vez que não se pode descolar das noções pré-teóricas para representar a realidade. É forte na medida em que essas mesmas noções pré-teóricas orientam o princípio de realidade dos seus públicos, nele incluídos filósofos e cientistas quando retornam à vida quotidiana vindos dos seus campos finitos de significação” (Meditsch, 2002: 15). Ou seja, essa vulnerabilidade não impede a sua relação com outros registos linguísticos que não fazem parte do mundo do senso comum

mas antes de outras províncias de significado finito. Aqui aproximamo-nos de Meditsch que mantém uma posição que reivindica a sustentação de um ideal democrático de que constituiria uma das justificações sociais do jornalismo: "manter a comunicabilidade entre o advogado, o físico, operário e o filósofo. Enquanto a ciência continua reescrevendo o conhecimento do senso comum em linguagens formais e esotéricas, o jornalismo trabalha em sentido oposto." (Meditsch, 2002: 16). Assim, o jornalismo, na sua proximidade ao mundo quotidiano, distingue-se da ciência porque não parte de uma hipótese nem dum sistema teórico anterior praticando uma observação não controlado (do ponto de vista da metodologia científica) por parte de quem o produz. Governase por uma lógica do singular que remete para a especificidade do próprio facto: "O universo das notícias é o universo das aparências do mundo; o noticiário não permite o conhecimento essencial das coisas, objecto do estudo científico, da prática teórica, a não ser por eventuais aplicações a factos concretos" (Lange, 1979: 23 citado por Meditsch, 2002: 18). Porém, o jornalismo permite a circulação entre as províncias de significado da ciência e as do senso comum. A necessidade de rigor e de busca da verdade constituem o freio que impedem que o jornalismo, nas notícias que dizem respeito à vida quotidiana, se subjuga à assunção da tradição, do senso comum, dos sentidos partilhados que, de tão petrificados, se tornam, o lugar do estereótipo e do preconceito. Ao mesmo tempo, a necessidade de se fazer entender e de chegar até ao

cidadão comum constitui o freio para um racionalismo tão excessivo quanto ilusório que não se alimenta dos desejos, das necessidades e dos horizontes de significação das audiências. Provavelmente, em nenhum outro lugar como a doença e a morte, com o seu cortejo de fantasmas que alimentam os medos e a retórica fácil, com a sua necessidade de fazer compreender a razão e o esclarecimento capazes de serem, ao menos fugidamente, partilhado por todos ou pela maior parte, se jogou uma tal necessidade de equilíbrio.

Bibliografia

Beharrell, Peter (1993) «Aids na the British Press», in Eldridge, John (Orgt.), *Getting the Message*, Londres. Routledge: Bird, S. Elizabeth, e Dardenne, Robert W. (1993), «Mito, registo e “estórias”»: explorando as qualidades narrativas das notícias», in Nelson Traquina (Org.), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*, Lisboa, Vega.

Dahlgren, Peter e Sparks, Colin (1992), *Journalism and Popular Culture*, London, Thousand Oaks, New Dheli, Sage.

Kinsella, James (1989), *Covering the plague: AIDS in the América Media*, New Brunswick and London, Rutegers University Press, 1989.

Lyotard, Jean-François (1989), *A condição pós-moderna*, Lisboa, Gradiva.

Meditsch, Eduardo, (2002) «O Jornalismo é uma forma de Conhecimento?» in *Revista Media & Jornalismo* nº1, Ano 1, Lisboa, pp.9-22.

Miller, David e Williams, Kevin (1993), «Negotiating HIV/SIDA information» in Eldridge, John (Org.), , *Getting the Message*, Londres, Routledge.

Traquina, Nelson, (2001), « O Jornalismo português e a problemática VIH/SIDA: um estudo exploratório» in Traquina, Nelson; Cabrera, Ana; Ponte, Cristina e Santos, Rogério (Orgs.), *O Jornalismo português em análise de casos*, Lisboa, Caminho.

Traquina, Nelson (2004), «A Sida como notícia: análise de caso sobre a cobertura jornalística HIV/SIDA nos jornais *Diário de Notícias* e *Correio da Manhã*» in *Revista Media & Jornalismo* nº5, Ano 3, Lisboa, pp.81-108.